


Artigo

Morar, crer e trabalhar: a (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais do sudeste goiano (GO)

Rafael de Melo Monteiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Goiás. Instituto Federal de Goiás. Águas Lindas
de Goiás, Goiás, Brasil

rafael.monteiro@ifg.edu.br

 0000-0002-8642-321X

e-144006

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 25 • nº 2 (2021)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

MONTEIRO, R.M. Morar, crer e trabalhar: a (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais do sudeste goiano (GO). **Geousp**, v. 25, n. 2, e-144006, 2021, ISSN 2179-0892.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/144006>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.144006>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 Licence

Morar, crer e trabalhar: a (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais do sudeste goiano (GO)

Resumo

O objetivo desse artigo é compreender a (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais do sudeste goiano (GO), com ênfase em continuidades e mudanças políticas, econômicas e culturais. Nosso recorte espacial abrange seis assentamentos: Assentamento João de Deus (Silvânia, 1987), Assentamento São Sebastião (Silvânia, 1997), Assentamento Olga Benário (Ipameri, 2005), Assentamento Madre Cristina (Goiandira, 2009), Assentamento Buriti (Silvânia, 2009) e Assentamento Maria da Conceição (Orizona, 2010). Por meio de uma abordagem qualitativa, conduzimos a pesquisa teórica, a documental e a de campo (centrada em entrevistas semiestruturadas e registro fotográfico), contando com uma amostragem não probabilística. Concluímos que nos assentamentos rurais do sudeste goiano se (re)produzem as formas de vida tradicionais do campesinato (o valor de uso da terra, o trabalho familiar, a ajuda mútua, o catolicismo popular) conjugadas com mudanças políticas, econômicas e culturais que as famílias assentadas vivenciam por meio da territorialidade, como o trabalho em associações, a experiência da luta pela terra e a adesão ao pentecostalismo.

Palavras-chave: Territorialidades camponesas. Campesinato. Assentamentos rurais. Sudeste goiano. Goiás.

Living, believing and working: the (re)production of peasant territorialities in rural settlements in south-eastern Goiás (GO)

Abstract

This article is intended to offer an understanding on rural territoriality (re productions across the South-Eastern Goiás' rural settlements, focusing on the

political, economic, and cultural changes and permanence. The spatial sampling of our study embraces six settlements: João de Deus Settlement (Silvânia, 1987), São Sebastião Settlement (Silvânia, 1997), Olga Benário Settlement (Ipameri, 2005), Madre Cristina Settlement (Goiandira, 2009), Buriti Settlement (Silvânia, 2009), and Maria da Conceição Settlement (Orizona, 2010). Using a qualitative approach, we performed theoretical, documentary, and field research (focused on semi-structured interviews and photographic records), based on a non-probability sampling. Our findings led us to conclude that, in the South-Eastern Goiás rural settlements, they (re)produce the traditional peasantry lifestyle (land usage values, family work, mutual help, and popular Catholicism) joined with the political, economic, and cultural changes that settlers experience through territoriality, such as working in associations, the fighting for land, and adhering to Pentecostalism.

Keywords: Rural territoriality. Peasantry. Rural settlements. South-Eastern Goiás. Goiás.

Vivir, crear y trabajar: la (re)producción de territorialidades campesinas en asentamientos rurales del sureste de Goiás (GO)

Resumen

El objetivo de este artículo es comprender la (re)producción de las territorialidades campesinas en los asentamientos rurales del sureste goiano (GO), con énfasis en las continuidades y cambios políticos, económicos y culturales. Nuestro recorte espacial contempla seis asentamientos: Asentamiento João de Deus (Silvânia, 1987), Asentamiento São Sebastião (Silvânia, 1997), Asentamiento Olga Benário (Ipameri, 2005), Asentamiento Madre Cristina (Goiandira, 2009), Asentamiento Buriti (Silvânia, 2009) y Asentamiento Maria da Conceição (Orizona, 2010). Mediante un abordaje cualitativo, realizamos una investigación teórica, la documental y la de campo (centrada en las entrevistas semiestructuradas y en el registro fotográfico) y contamos con un muestreo no probabilístico. Concluimos que en los asentamientos rurales del sureste goiano se (re)producen las formas de vida tradicionales del campesinado (el valor de uso de la tierra, el trabajo familiar, la ayuda mutua, el catolicismo popular) en combinación con cambios políticos, económicos y culturales que las

famílias asentadas vivencian por medio de las territorialidades, como el trabajo en asociaciones, la experiencia de la lucha por la tierra y el abrazo del pentecostalismo.

Palabras clave: Territorialidades campesinas. Campesinado. Asentamientos rurales. Sureste goiano. Goiás.

Introdução

Você, que faz a pesquisa, você pode dizer pros seus colegas de escola, pros seus professores: “Olha, o que eu vi desse povo. O que eles disse pra gente é que só vence os fortes, e os que chegaram na terra é porque são fortes”. Entrevistado 5, 1 mar. 2015¹

Os espaços rurais brasileiros e goianos são historicamente marcados por uma estrutura agrária concentrada, pela intervenção modernizadora e conservadora do Estado na agricultura (anos 1960) e por políticas gerais de desenvolvimento econômico, cuja prioridade é a agricultura capitalista. Portanto, os assentamentos rurais surgem no horizonte da democratização do acesso à terra no Brasil e da oferta de novas possibilidades de vida e de trabalho para milhares de famílias que, para alcançar essa condição, se organizam em movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, federações de trabalhadores na agricultura e outras instâncias de luta pela terra e pela reforma agrária, promovendo ocupações de terras e órgãos públicos, marchas, protestos e vivendo em acampamentos com o propósito de pressionar o Estado para a criação e implantação dos assentamentos. Assim, a (re)conquista da terra ocorre no cerne da expansão geográfica contraditória e desigual do capitalismo no campo, articulado em duas lógicas: a modernização tecnológica e a mudança nas relações de trabalho nas grandes e médias propriedades rurais (assalariamento e trabalho temporário) e a desterritorialização dos camponeses e trabalhadores rurais (meeiros, agregados, parceiros, arrendatários, posseiros), por causa da concentração fundiária e da violência no campo, sendo que muitos deles se (re)territorializam em espaços urbanos ou em assentamentos.

No sudeste goiano, recorte espacial dessa pesquisa, a questão agrária é marcada por aspectos da relação capital-trabalho, com o processo de acumulação capitalista associado à ampliação da propriedade fundiária e a desterritorialização de camponeses e trabalhadores rurais (Mendonça, 2014). Os usos e a exploração da terra estão ancorados nas empresas rurais familiares (comandadas, em grande medida, por migrantes sulistas), com o desenvolvimento da agricultura capitalista especializada na produção e exportação de soja, milho, sorgo, algodão, feijão, café, trigo e cana de açúcar. Nessas unidades produtivas, há grandes investimentos em máquinas e implementos agrícolas, atividades de armazenamento e beneficiamento, forte aparato técnico, tecnológico e científico, principalmente nos municípios de Catalão, Ipameri e Campo Alegre de Goiás, por razões geomorfológicas (áreas de chapadas). As agroindústrias também desempenham um papel importante, sobretudo no setor de avicultura, nos municípios de Pires do Rio, Urutaí e Orizona. Muitos pequenos proprietários estão integrados a essas agroindústrias, acompanhando

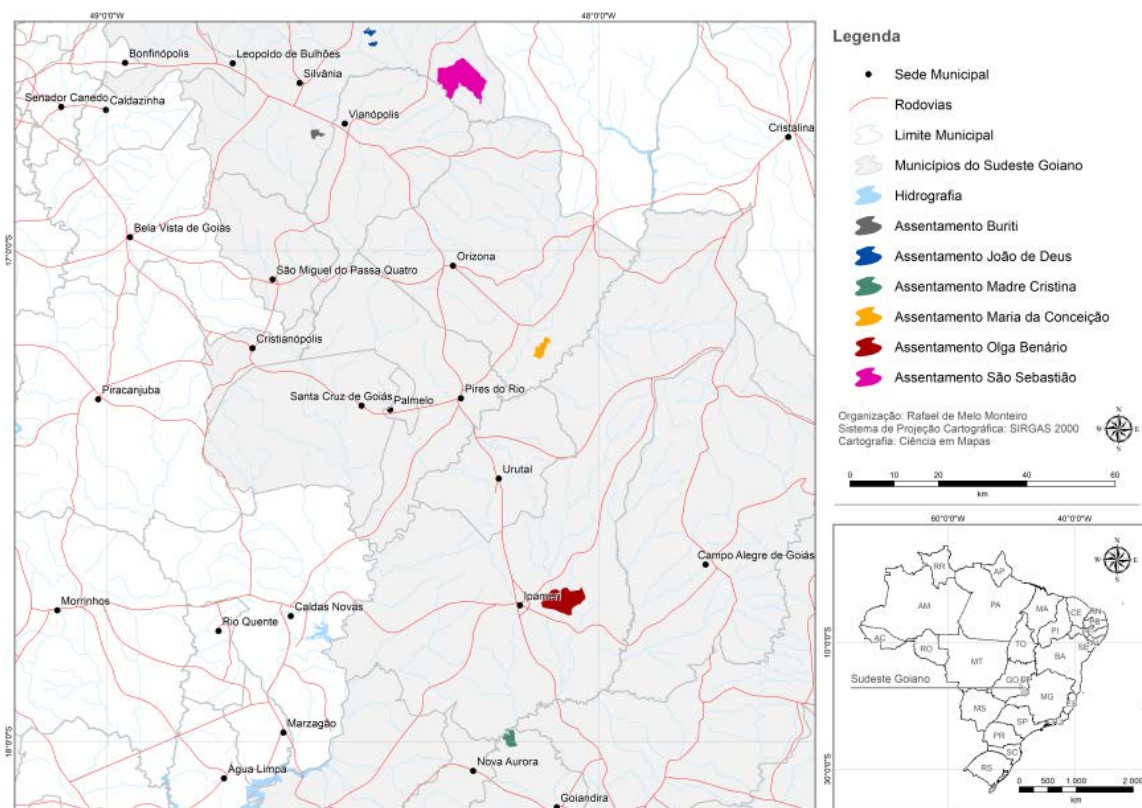
¹ Mantivemos aqui a ordem numérica dos entrevistados, conforme consta na tese de doutorado que dá origem a este artigo.

regras e normas sanitárias e de infraestrutura e mobilizando investimentos necessários para se manterem na integração, o que nem sempre é fácil, suscetíveis, inclusive, ao endividamento e à perda da terra. (Mendonça, 2004). É relevante salientar que, ao processo de desterritorialização da agricultura camponesa, soma-se a sua resistência, recriação e/ou reterritorialização, inclusive nos assentamentos, onde os camponeses (re)produzem suas territorialidades.

Por isso, o objetivo deste artigo é compreender as territorialidades camponesas nos assentamentos do sudeste goiano, com ênfase nas continuidades e nas mudanças políticas, econômicas e culturais. Seleccionamos três eixos primordiais de análise: (a) as relações de reciprocidade, afirmadas principalmente na realização de mutirões, e a valorização da terra-casa como patrimônio concreto e simbólico, (b) a efetivação da agricultura camponesa e as formas de organização do trabalho e (c) as religiosidades católicas e pentecostais, que marcam identidades e diferenças culturais. Assumimos, portanto, o pressuposto de que os assentamentos são territórios camponeses nos quais são (re) produzidas as formas tradicionais de vida do campesinato em conjugação com mudanças políticas, econômicas e culturais que as famílias assentadas vivenciam por meio da territorialidade.

Nossa área de pesquisa abrange seis assentamentos, como mostra o Mapa 1: Assentamento João de Deus (Silvânia, 1987), organizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia; Assentamento São Sebastião (Silvânia, 1997) e Assentamento Maria da Conceição (Orizona, 2010), estruturados pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (Fetaeg); Assentamento Olga Benário (Ipameri, 2005) e Assentamento Madre Cristina (Goiandira, 2009), organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e o Assentamento Buriti (Silvânia, 2009), coordenado pelo Movimento de Volta do Trabalhador ao Campo (MVTC).

Mapa 1 – Localização dos assentamentos rurais no sudeste goiano



organização: O autor, 2019.

Partindo da pesquisa qualitativa, desenvolvemos a pesquisa teórica, documental e de campo. A primeira concentrou-se em autores como Raffestin (2011[1980]) e Saquet (2015a[2011], 2015b[2007]) para a discussão sobre as territorialidades; Martins (1981), Woortmann (1990), Shanin (2008), Welch et al. (2009) e Sabourin (2009) para reflexões sobre o campesinato; e Pessoa (1999) sobre os assentamentos rurais goianos. Realizamos, também, leituras acerca da importância da pesquisa teórica e de campo, apoiados em Alentejano e Rocha-Leão (2006), Mendes e Pessôa (2009), Santos, J. e Pessôa (2009) e Marafon (2009); sobre amostragem, utilizamos Pessôa e Ramires (2013) e, em relação ao registro fotográfico, L'Estoile e Sigaud (2006) e Martins (2009). Essas leituras foram fundamentais para a interpretação do *real*, conforme argumentam Mendes e Pessôa (2009). Na pesquisa documental consultamos o *site* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o *blog* da Superintendência Regional de Goiás deste mesmo órgão público. Ademais, em setembro de 2015, tivemos acesso aos processos de criação dos assentamentos, na sede do Incra, em Goiânia.

A pesquisa de campo envolveu entrevistas semiestruturadas (com questões abertas e fechadas) e registro fotográfico. De modo geral, *ir a campo* representa a conjunção entre a teoria e a empiria (Alentejano; Rocha-Leão, 2006), a ocasião de experimentação e tensionamento dos conceitos e teorias e de produção de informações (Marafon, 2009) e também a oportunidade de o pesquisador se relacionar com os sujeitos da pesquisa em seus lugares de vida, de trabalho e de representação (Santos, J.; Pessôa, 2009). Nos registros fotográficos (antigos ou recentes), se institui essa mesma relação de troca (L'Estoile; Sigaud, 2006), sobretudo pelo entendimento de que as fotografias são um conjunto narrativo de histórias (Martins, 2009) e fazem parte de uma memória individual e coletiva.

Nesses termos, fizemos 123 entrevistas nos assentamentos, em visitas semanais (sobretudo em fins de semana), entre dezembro de 2014 e junho de 2015.² Desse total, 63 foram gravadas e transcritas. Preferimos uma transcrição fiel ao que os sujeitos disseram, pois, como ressalta Whitaker (2002, p. 16): “Os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos”.

Entre os meses de maio e agosto de 2016, voltamos a alguns assentamentos para conversas informais, novo registro fotográfico e algumas entrevistas (cerca de quatro, além das supracitadas). Em todo esse itinerário, de dezembro de 2014 a agosto de 2016, contamos com a colaboração do senhor Roberto, assentado em Orizona, que nos conduzia semanalmente e nos apresentava em cada casa que chegávamos.³ Isso contribuiu, com toda certeza, para a realização da pesquisa.

Efetuamos, em conformidade com Pessôa e Ramires (2013), uma amostragem não probabilística, que funciona por acessibilidade ou conveniência, quando o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso e admite que possam representar o universo (população).

2 Foram 13 entrevistas no Assentamento Maria da Conceição (de um total de 16 famílias assentadas), 14 no Assentamento Madre Cristina (16 famílias), 55 no Assentamento Olga Benário (84 famílias), sete no Assentamento João de Deus (16 famílias), 27 no Assentamento São Sebastião (33 famílias) e também sete no Assentamento Buriti (14 famílias), nessa ordem.

3 No carro, estavam sempre o senhor Roberto, o pesquisador e seu pai, que não falhou uma semana sequer durante esse período de entrevistas nos assentamentos.

No Brasil, o termo campesinato indica uma categoria política, econômica e também moral cujo intuito é reproduzir um modo de vida centrado na relação família-terra-trabalho. Assim, é elementar apresentarmos nossa compreensão do campesinato, fundamentados em autores como Martins (1981), Woortmann (1990), Shanin (2008), Welch et al. (2009) e Sabourin (2009).

De acordo com Welch et al. (2009), nesse grupo estão os pequenos proprietários, os posseiros de terras públicas e privadas, os povos da floresta, os agroextrativistas e ribeirinhos, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os castanheiros, os que partilham os fundos de pasto, os parceiros, os foreiros, os quilombolas, os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, entre outros.

Os camponeses valorizam a terra-casa como um patrimônio material e simbólico, ainda mais quando o acesso à terra se dá por meio da luta; eles produzem alimentos para o sustento familiar e comercializam os excedentes em mercados locais, nacionais, institucionais, entre outros; produzem uma moralidade e um saber camponês e praticam ajudas mútuas, mutirões, trocas de dias de trabalho, parcerias, trabalho acessório e trabalho assalariado temporário (Martins, 1981; Woortmann, 1990; Shanin, 2008; Welch et al., 2009; Sabourin, 2009). Nesse percurso, esses homens e mulheres da terra substantivam suas territorialidades.

As territorialidades expressam um conjunto de relações que os indivíduos, grupos e classes sociais estabelecem com o território por meio da multidimensionalidade do “vivido” territorial (Raffestin, 2011[1980]). Conforme argumenta ainda Raffestin (2011[1980], p. 142): “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”. Como pontua Saquet (2015b[2007]), as reflexões de Claude Raffestin acerca da territorialidade humana tiveram início nos anos 1960-70, quando já explicava que as territorialidades eram uma problemática social, complexa e relacional. Correspondiam ao espaço vivido e às relações sociais cotidianas de alteridade e exterioridade. Do mesmo modo, eram o conjunto das relações biossociais, multilaterais e variadas, efetivadas, pelos homens, histórica, social e biologicamente. Na obra *Por uma geografia do poder*, publicada originalmente em 1980, as territorialidades passam a ser interpretadas como o conjunto de relações sociais, espacial e temporalmente definidas, com a finalidade de conseguir a maior autonomia possível.

Para Saquet (2015a[2011]; 2015b[2007]) as territorialidades são políticas, econômicas, culturais e ambientais (ou seja, pluri/multidimensionais). Abrangem relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, por meio de dominações e delimitações (precisas ou não); comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades; práticas no espaço-tempo, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade/natureza, ou seja, nas relações entre os homens (relações de poder) e destes com a natureza exterior, com a mediação de técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas, conhecimentos, saberes e ideologias. Elas são o acontecer de todas as atividades cotidianas, expressas no trabalho, nas atividades de lazer, na igreja, na família, na escola, na rua, no bairro, nas comunidades camponesas e nos assentamentos rurais. Ao mesmo tempo, são resultado e determinante do processo de produção de cada território no movimento mais amplo da des-re-territorialização (processo TDR).

Nos assentamentos do sudeste goiano o cotidiano está repleto de atividades de consumo doméstico, econômicas, religiosas e de reciprocidade, como colher as hortaliças, frequentar os

cultos, congregar na igreja da cidade, tratar dos animais, fazer mudas para a horta, revisar as cercas do lote, participar de novenas e terços, depositar o leite no tanque para ser comercializado com o laticínio, vender nas feiras livres, participar de mutirões, trabalhar fora da terra para comprar gado após perder o rebanho para a peste, emprestar parte da terra para o vizinho cultivar, fazer financiamento para o filho casado que irá morar no lote, participar de roças comunitárias, produzir sementes, juntar os companheiros para comprar gado mais barato, entre outras. Assim, como destaca Haesbaert (2014, p. 59): “A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar”.

Na sequência, indicamos as continuidades e mudanças identificadas na realidade dos assentamentos, com ênfase, em primeiro lugar, nas relações de reciprocidade e na valorização da terra-casa; em segundo, na efetivação da agricultura camponesa e na organização do trabalho; e, por fim, nas religiosidades católicas e pentecostais.

As relações de reciprocidade e a valorização da terra-casa

Os mutirões e o zelo com a terra-casa (patrimônio concreto e simbólico) traduzem relações de reciprocidade e de produção objetiva e subjetiva da vida (Pessoa, 1999; Sabourin, 2009), sobretudo no caso dos assentados que tiveram acesso à terra por meio da luta e da organização política em movimentos sociais (como o MST), sindicatos de trabalhadores rurais, federações de trabalhadores na agricultura familiar e demais mediadores. Este é um ponto de descontinuidade, pois não se trata de uma comunidade camponesa onde os moradores estão enraizados desde gerações passadas e que, em muitos casos, dali nunca saíram. Os assentamentos são formados por migrantes, pessoas de lugares diferentes (municípios e estados), que, via de regra, não têm laços de parentesco ou de vizinhança.

Conforme ressalta Monteiro (2019), nos assentamentos do sudeste goiano estão pessoas vindas de estados como Maranhão, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Pará, São Paulo, Mato Grosso, Ceará, Piauí e do Distrito Federal. Os goianos são naturais de municípios como Aruanã, Aurilândia, Buriti Alegre, Campo Alegre de Goiás, Ceres, Cristalina, Goiandira, Goiânia, Goiás, Inhumas, Ipameri, Iporá, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Jandaia, Jaraguá, Jussara, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Mossâmedes, Morrinhos, Niquelândia, Orizona, Piracanjuba, Pires do Rio, Quirinópolis, Santa Cruz de Goiás, Santa Helena de Goiás, São Simão, São Bartolomeu, Silvânia, Uruaçu, Uruana, Urutá e Vianópolis.

Não foi por acaso, contudo, que registramos narrativas cujo teor indicava a construção do pertencimento ao lugar, a terra-casa, patrimônio presente e futuro. Por exemplo, após o falecimento da esposa, um dos nossos entrevistados ouviu dos filhos a seguinte recomendação: “Vende esse trem” [a terra]. Ele respondeu: “Num vendo! Pode me dá o mundo interim em troca disso aqui, que eu num vendo!” (Entrevistado 3, 70 anos, Assentamento João de Deus/Silvânia/GO, 03/05/2015). Em outra oportunidade, nossa entrevistada foi categórica: “Cê pode falar assim: ‘Te dou um milhão na sua terra’, que eu num quero!” (Entrevistada 6, 51 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 13/06/2015).

A luta pela terra se insere em uma ética camponesa que valoriza e tem gratidão por essa conquista e se torna um valor político e, em muitos casos, também religioso. Vejamos dois depoimentos que representam isso:

Eu tenho 33 hectares de chão que eu num vendo por preço nenhum. [...] Isso aqui é um paraíso que Deus me deu! [...] Eu num comprei terra, eu vou vender terra por quê? Isso aqui é pra usufruto (Entrevistado 5, 58 anos, Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO, 1 mar. 2015).

Num quero terra pra vender, pra negociar, num quero! O importante da luta é dar valor no suor. [...] Nós passou foi muitos anos debaixo de lona preta, queimando a *cacunda* [as costas]. Quando num queria queimar tinha que entrar debaixo dos pau, ir pra beira dos *corgos* [córregos]. [...] Quando pega tudo arrumadinho, abençoadinho, eu vou jogar fora não! (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO, 8 mar. 2015, grifos nossos).

Assim, concordamos com Woortmann (1990) quando argumenta que, para os camponeses, além de um objeto de trabalho e fator de produção, a terra é também um valor moral e uma dádiva divina. Da mesma maneira, Shanin (2008) pondera que o propósito do camponato é reproduzir seu modo de vida, e não a acumulação capitalista, consoante mostram as declarações acima. Um último depoimento, na forma de diálogo entre dois assentados (um deles, Roberto, o acompanhante da pesquisa), nos parece notável para elucidar a ligação existencial dessas pessoas com a terra:

– *Senhor João*: Eu falo que eu vou embora daqui quando eu morrer.

– *Senhor Roberto*: Eu nem quando eu morrer eu num vou, vou fazer uma *carreira* [túmulo] lá no meio [risos].

– *Senhor João*: Eu já falei que ia fazer um cemiteriozinho aqui, enterrar eu aí [risos].

– *Senhor Roberto* [simulando uma advertência para sua família]: “S’ ocês vender essa terra aqui, eu num deixo o caboco [homem, pessoa] comprar pra morar aqui dentro” [risos]. Essa aqui é minha, lá chama Cantinho do Céu [risos] [A referência “lá” se explica pelo fato de que não estávamos em sua terra] (Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO, 1 mar. 2015).

A Fotografia 1 mostra três gerações da mesma família nessa terra e em frente à casa construída: o casal, uma de suas filhas e um de seus netos.

Fotografia 1 – Assentamento Maria da Conceição, Orizona, GO: três gerações na terra



fonte: Arquivo pessoal, maio 2016.

No domínio da ajuda mútua, o mutirão (em guarani, *potirom*) significa “mãos à obra” (Sabourin, 2009). Ele representa um compartilhamento do trabalho e uma mobilização para realizar um serviço em benefício de um agricultor ou um grupo de agricultores, construindo/fortalecendo vínculos de amizade, confiança e conferindo prestígio ao beneficiário, sobretudo pela oferta que ele faz aos companheiros, de comida, bebida e festa. Aqueles que não participam de um mutirão acabam perdendo prestígio e honra perante os demais (a comunidade) (Sabourin, 2009). Isso ocorre porque, de acordo com Woortmann (1990), a *campe-sinidade* se estrutura na terra, no trabalho, na família, assim como na honra e na hierarquia. Nos assentamentos, registramos mutirões para a construção de casas, de pontes e para a limpeza de pastos (ocasião em que a comida sela a união das pessoas em torno do trabalho), como apresentam as Fotografias 2, 3 e 4.

Fotografia 2 – Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO: construção de moradia



fonte: Arquivo pessoal, jun. 2011.

Fotografia 3 – Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO: construção de ponte



fonte: Arquivo pessoal de Waldivino Gomes Firmino, 2013.

Fotografia 4 – Assentamento São Sebastião, Silvânia, GO: limpeza de pasto e refeição



fonte: Francisca Marta Jacinto (Irmã Marta). Comissão Pastoral da Terra, jul. 2016.

No Assentamento Maria da Conceição, de acordo com Barbosa (2018), acontece outra forma de ajuda mútua, já que um dos assentados, que tem um veículo, reúne e leva seus produtos e os das famílias – queijos, farinhas e porcos – para comercializar na feira do município vizinho, Pires do Rio, ajudando na obtenção de renda para si e para os outros. Do mesmo modo, ele também atende a encomendas dos companheiros, de compra de produtos e remédios.

Assim, apontamos a continuidade das práticas de reciprocidade nos espaços rurais goianos, efetivadas pelos camponeses, mas em novos lugares de vida e de trabalho, como no caso dos assentamentos. Ao mesmo tempo, reforçamos que o reconhecimento da terra-casa se dá em especial pelo peso da luta, pois tiveram de participar de ocupações e acampamentos para acessar a terra, o que mostra uma diferença política com as comunidades camponesas tradicionais.

A agricultura camponesa e a organização do trabalho são os próximos elementos de nossa análise.

A agricultura camponesa e a organização do trabalho

Nos assentamentos perdura a produção familiar do sustento doméstico e seus excedentes. Esta produção é diversificada, abrangendo o leite, as frutas, as hortaliças e verduras, o cultivo do milho, da mandioca, do arroz, do feijão, da soja, do café, da cana de açúcar, a criação de suínos, galináceos, os ovos, os queijos, os requeijões, as rapaduras, a farinha de mandioca, os doces, o mel, as geleias, entre outros alimentos e produtos. O exemplo da farinha de mandioca é pertinente para entendermos a (re)produção cultural dos camponeses, já que, de acordo com Pessoa (1999), esse produto faz parte da culinária tradicional goiana. Nas Fotografias 5, 6, 7 e 8 apontamos a fabricação da farinha de mandioca, em Ipameri, e o cultivo de hortaliças e verduras, em Goiandira, Ipameri e Silvânia:

Fotografia 5 – Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO: produção de farinha de mandioca



fonte: Firmino (2013, p. 86).

Fotografia 6 – Assentamento Madre Cristina, Goiandira, GO: cultivo de abacaxis



fonte: Arquivo pessoal, jan. 2015.

Fotografia 7 – Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO: plantação de hortaliças



fonte: Arquivo pessoal, mar. 2015.

Fotografia 8 – Assentamento Buriti, Silvânia, GO: lavoura de quiabo



fonte: Arquivo pessoal, jun. 2015.

As vendas são feitas para laticínios, supermercados, lanchonetes, nas feiras livres, nos assentamentos, para atravessadores, além da comercialização com os mercados institucionais, por meio dos programas governamentais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Neste último caso, a relação com esses mercados se dá por meio de associações, que simbolizam uma nova forma de organização do trabalho que não é exclusivamente familiar. Com isso, temos um novo método de organização do trabalho das famílias assentadas, formalmente necessário para o acesso a recursos públicos e importante também para a geração de renda.

No Assentamento Olga Benário esse processo é mais intenso, devido à presença da Asproab (Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário) e da Ascraf (Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar). Ambas estruturaram

panificadoras para trabalhar e entregar seus produtos para a merenda escolar de Ipameri. A Fotografia 9 mostra a panificadora da Ascraf, organizada no lote de uma assentada que foi pioneira na organização dessa Associação.

Fotografia 9 – Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO: panificadora da Ascraf



fonte: Arquivo pessoal, jan. 2015, e Cardoso (2014).

Tanto a (re)produção da agricultura camponesa quanto a adoção de novas formas de trabalho, que não colocam em risco o controle da terra, indicam as estratégias políticas, econômicas e culturais dos camponeses assentados para se manterem no território. Juntamente com as relações de reciprocidade, a valorização da terra-casa, a agricultura camponesa e as formas organizativas do trabalho, as territorialidades humanas são expressas, também, pela religiosidade das pessoas.

As religiosidades católicas e pentecostais

O catolicismo popular é um traço cultural dos espaços rurais brasileiros e goianos. Ao longo do tempo, a Igreja Católica se envolveu, de diferentes maneiras, nas questões agrárias nacionais. Seus setores mais progressistas, no âmbito da Teologia da Libertação, se posicionaram a favor dos homens e mulheres do campo, que sofriam (e sofrem) com a falta de terra para morar, cultivar e trabalhar. A própria Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu no bojo da Teologia da Libertação, nos anos 1970, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia (GO) (Pessoa, 1999).

No Assentamento São Sebastião, as famílias edificaram uma capela em homenagem a Nossa Senhora Aparecida (Fotografia 10) em pagamento a uma promessa que fizeram para a conquista da terra. Uma assentada nos relatou: “Aquela capelinha ali foi o seguinte: nós falamos, se Nossa Senhora abençoasse, intercedesse lá a teu filho pra dá tudo certo aqui, a gente

construiria a capela. Aí ela tá lá. Nós mesmo que fizemo. Ali tem, de cada pessoa ali tem um tijolinho [risos]” (Entrevistada 6, 51 anos, Assentamento São Sebastião, Silvânia, GO, 13 jun. 2015). Essa narrativa aponta uma característica do catolicismo popular, que é, de acordo com Mariano (1996), o pagamento das promessas após o atendimento das súplicas e também evidencia o que Teixeira (2005) denomina *catolicismo santorial*, centrado no culto aos santos, nos milagres e na devoção popular. “Os santos sempre ocuparam um lugar de destaque na vida do povo, manifestando a presença de um ‘poder’ especial e sobre-humano, que penetra nos diversos espaços de vida e favorece, numa estreita aproximação e familiaridade com seus devotos, a proteção diante das incertezas da vida” (Teixeira, 2005, p. 17).

Fotografia 10 – Assentamento São Sebastião, Silvânia, GO: capela para Nossa Senhora Aparecida



fonte: Arquivo pessoal, maio 2015 e ago. 2016.

Todavia, o pentecostalismo (ou os pentecostalismos) tem se expandido entre as áreas e populações rurais, de modo geral, e nos assentamentos, em particular. Algumas igrejas, como a Igreja Cristã Manancial e a Assembleia de Deus, além de conquistarem os *corações* e as *mentes* dos seus fiéis para congregarem nas cidades, realizam cultos (a primeira) e se territorializam nos assentamentos (a segunda), como mostram as Fotografias 11 e 12.

Fotografia 11 – Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO: cultos pentecostais



fonte: Site da Igreja Cristã Manancial, 2012 e 2013.

A propósito, a Assembleia de Deus tem uma estratégia territorial de destaque. “Quando há um loteamento novo, não esperamos: chegamos na frente, compramos o terreno mais barato e assim que o pessoal chega já tem a igreja para frequentar. Onde tem Coca-Cola, tem Assembleia de Deus”, declarou, em 1997, o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, então presidente da instituição, em entrevista à revista *Veja* (Santos, A., 2015). O próprio Raffestin (2011[1980]) ressalta que toda igreja objetiva expandir-se, reunir, controlar e gerenciar homens, recursos e espaços. Para isso, elas precisam codificar seu meio a partir do sagrado, isolando esses homens, recursos e espaços do *resto*, que não está codificado. Dessa forma, as instituições religiosas desenham estratégias geopolíticas que atravessam e articulam distintas escalas geográficas, desde a local até a internacional. Nesse movimento, entretanto, o poder religioso também precisa se cristalizar e produzir lugares simbólicos que o reafirmem; por exemplo, igrejas, templos, capelas, sinagogas e mesquitas, entre outros.

Fotografia 12 – Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO: Assembleia de Deus



fonte: Arquivo pessoal, fev. 2015.

Certamente, muitos assentados já eram evangélicos e no assentamento procuram retomar sua religiosidade, contribuindo para a organização dos cultos, a territorialização das igrejas e a conquista de novos fiéis. Assim, eles participam de cultos, do batismo nas águas, ofertam dízimos (um dever com Deus) e, em certos casos, expressam princípios da Teologia da Prosperidade – associando a posse de bens materiais com uma maior ou menor espiritualidade (Mariano, 1996), como notamos no depoimento seguinte:

Quando nós veio [pro assentamento] fiz compromisso com Deus, de fazer as coisa só pra agradar Ele, mas não pra desagradar. Desde quando eu tive compromisso com Deus, nada me atrapalhou nos negócios. [...] Foi um rapaz pra comprar uma moto [...] nós foi junto. O pai dele tem uma casa, tem tudo, não conseguiu. Coloquei minha vida na presença de Deus, cheguei lá, primeira coisa o gerente ligou pra mim: “Tá aprovado!” [...] Se não tiver fé, num alcança nada (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário, Ipameri, GO, 8 mar. 2015).

Ainda que não apareçam conflitos explícitos entre os católicos e os pentecostais, eles vão demonstrando, no próprio discurso, valores e práticas sociais que fortalecem identidades e delimitam diferenças. Por exemplo, em 2012, recolhemos, no Assentamento Olga Benário, o seguinte depoimento, de um fiel da Assembleia de Deus: “Aqui dentro festa do mundo nós não vai. Porque se eu sou evangélico, se eu sentar lá, se tem uma roda de cerveja, se eu sentar vai falar: ‘Olha lá, o crente já tá fazendo o quê? Levando escândalo para a obra do Senhor’. Se você é evangélico, você tem que ficar separado, o povo de Deus tem que ser quietinho, separado” (Monteiro, 2013, p. 118).

Essa perspectiva sectária e de rejeição ao *mundo* é um indicador do pentecostalismo clássico, iniciado no Brasil em 1910, com a fundação da Congregação Cristã no Brasil, por uma família missionária de italianos, em Santo Antônio da Platina (Paraná) e, em 1911, com a criação da Assembleia de Deus, em Belém do Pará, por meio do trabalho de dois missionários suecos. No Assentamento Buriti, em 2015, um casal celebrou que todas as pessoas que entram no assentamento vão se tornando evangélicas. Na ocasião, apontaram a casa da vizinha para salientar que ela e o esposo também já tinham “aceitado Jesus”. É comum, entre muitos pentecostais, a prática de tentar conquistar cada vez mais fiéis, o que significa, para eles, ganhar almas para Jesus. Esse tipo de conduta acontece na vida cotidiana, nas conversas, no convencimento do outro, em promessas que, comumente, centram-se em atingir um patamar de vida digno e, também, prosperar financeiramente. De modo que são essas pessoas as responsáveis por territorializar, em seus lugares de vida, as instituições religiosas, com seus valores morais e sociais.

Essa diversidade religiosa nos assentamentos arquiteta relações de poder e territorialidades plurais, marcadas pelas identidades, diferenças e conflitualidades envolvendo as religiosidades. Há uma disputa política e cultural entre o catolicismo e o pentecostalismo. Da mesma forma, existem polêmicas envolvendo as distintas denominações evangélicas, pois há fiéis da Assembleia de Deus (de vários ministérios), da Congregação Cristã no Brasil, da Igreja Manancial, da Igreja Universal do Reino de Deus, da Igreja Mundial do Poder de Deus, entre outras. Não há, ao que parece, uma unidade territorial entre os evangélicos: é como se cada igreja tivesse o seu público e o seu “pedaço” nos assentamentos. Isso se explica, talvez, pela crença na relação direta entre indivíduo/família e Deus, com a mediação dos líderes religiosos, o que inibe a ação coletiva, sobretudo no âmbito político e econômico. Assim, consideramos a presença do catolicismo uma permanência cultural, enquanto a territorialização do pentecostalismo pode ser interpretada como uma mudança cultural que se expressa na relação dos *crentes* com o mundo e com Deus.

Considerações finais

Os assentamentos rurais situados no sudeste goiano são importantes territórios camponeses produzidos pela luta e conquista da terra das famílias assentadas junto a suas organizações (MST, Fetaeg, MVTC, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia). Por meio dessa (re) territorialização, os camponeses puderam (re)produzir suas formas tradicionais de vida, como a opção pelo modelo terra-trabalho-família, a valorização da terra-casa como patrimônio concreto e simbólico, o desenvolvimento da agricultura camponesa (produção do sustento familiar e venda de excedentes), as relações de reciprocidade (sobretudo os mutirões) e as práticas do catolicismo popular. Assim, expressam suas territorialidades políticas, econômicas e culturais.

Entretanto, juntamente com essas permanências, há mudanças significativas. Em primeiro lugar, o acesso à terra se deu pela mobilização política, e isso agrega valor simbólico ao lote e à casa obtidos. Essas pessoas que chegaram aos assentamentos são migrantes, vieram de diferentes lugares de Goiás e do Brasil. A condição de assentados permite novas perspectivas de vida, moradia e de trabalho e atenua suas necessidades imediatas. Em segundo lugar, mesmo que as famílias trabalhem em sua terra, isso não implica a anulação de outros modos de organização do trabalho. Tanto é assim que, nos assentamentos, existem associações nas quais os camponeses trabalham em conjunto e se relacionam com mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Por fim, no âmbito religioso, a continuidade do catolicismo coexiste com a territorialização do pentecostalismo, que envolve as famílias em cultos, rituais de batismo e numa relação diferente com o mundo e com Deus, evitando festas, por exemplo, e ficando apartadas do convívio com pessoas que “estão no mundo”, imersas no pecado da bebida, do jogo, da dependência química, do afastamento de Deus ou no “caminho errado” (sem religião ou com uma crença diferente).

Essas territorialidades camponesas são, portanto, pluri/multidimensionais, pois envolvem as dimensões políticas, econômicas e culturais; elas concretizam e simbolizam a apropriação das famílias do espaço geográfico ao longo do tempo, tornando-o seu território de vida, crença e trabalho. Além disso, essas territorialidades expressam identidades, diferenças e conflitos, ou seja, relações de poder explícitas ou tácitas. As formas de (re)produção das territorialidades se dão por continuidades e mudanças que atravessam a vida dos camponeses do sudeste goiano. Esse produto/processo territorial é, no tempo histórico, uma contingência: o território é produzido todos os dias e nunca está pronto; é um acontecer cotidiano. À “obra” de ontem, se somam os “feitos” de hoje e projetam as possibilidades do futuro. Um *algo em aberto*, inerente à vida humana.

Referências

- ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-67, 2006.
- BARBOSA, M. M. B. **A resistência das mulheres na luta e pela permanência na terra:** uma análise no Assentamento Maria da Conceição (Orizônia/GO). Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2018.
- CARDOSO, J. A. Boas práticas abrem mercado. **Agência Sebrae de Notícias**, Ipameri, GO, 13 ago. 2014. Disponível em: <http://www.go.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/GO/boas-praticas-abrem-mercado,lba03879d46c7410VgnVCM2000003c74010aR-CRD>. Acesso em: 13 maio 2021. 1 foto ilustrativa.
- FIRMINO, W. G. **Itinerários camponeses:** *de lá para cá e daqui pra lá* até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

- L'ESTOILE, B.; SIGAUD, L. Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo. In: L'ESTOILE, B.; SIGAUD, L. (org.). **Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 21-28.
- MARAFON, G. J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia, MG: Assis, 2009. p. 379-394.
- MARIANO, R. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 44, p. 24-44, 1996.
- MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- MENDES, E. P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia, MG: Assis, 2009. p. 509-537.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- MONTEIRO, R. M. As expressões *(i)materiais* da (re)territorialização camponesa nos assentamentos rurais do sudeste goiano. In: BERTHOLI, A. W.; FERREIRA, G. C. (org.). **Espaço agrário em questão**. Jundiaí, SP: Paco, 2019. p. 147-163.
- MONTEIRO, R. M. **Relações de poder, territórios e territorialidades: as travessias da vida** no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.
- PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia: Ed. UFG, 1999.
- PESSÔA, V. L. S.; RAMIRES, J. C. L. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, G. J. et al. (org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2013. p. 117-134.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 2011[1980].
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, A. P. **Geopolítica das igrejas e anarquia religiosa no Brasil: por uma geotica**. Rio de Janeiro: Gramma, 2015.
- SANTOS, J. C.; PESSÔA, V. L. S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In:

- RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia, MG: Assis, 2009. p. 123-138.
- SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a[2011].
- SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015b[2007].
- SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.
- TEIXEIRA, F. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revistas USP**, São Paulo, n. 67, p. 14-23, set./nov. 2005.
- WELCH, C. A. MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (org.). **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. Unesp/Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- WHITAKER, D. **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras a Margem, 2002.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**, Brasília, p. 11-73, 1990.

Recebido em: 15 jun. 2018
Aprovado em: 17 nov. 2020